

Maria Graham na Confederação do Equador: uma inglesa como mediadora entre o Império e a República*

Maria Graham in the Equator Confederacy: An Englishwoman as mediator between the empire and the republic

Denise Maria Couto Gomes Porto

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Mestre em História pela mesma Instituição. Licenciada em História pela Universidade Estácio de Sá (2013). Atualmente, integra o Grupo de Pesquisa CNPq “Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX”, do PPGH-UNIVERSO. Possui o Diploma de Colaboradora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, IHGRJ (2017). É sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, IHGN (2020).

RESUMO

O presente artigo investiga a representatividade da escritora inglesa Maria Graham (1785-1842) nas negociações para a rendição do comandante da Confederação do Equador, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, em agosto de 1824. Atendendo ao pedido do amigo, Almirante Thomas Cochrane, comandante da Armada Imperial brasileira, Maria Graham protagonizou o papel de mediadora entre as proclamações de capitulação impostas pelo governo de D. Pedro I e a resistência dos sediciosos republicanos à causa federalista pernambucana. Os textos do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1990) e *Esborço biográfico de D. Pedro I* (1997) constituem as fontes bibliográficas utilizadas neste estudo, cujo objetivo, sob novas abordagens teóricas, é de contribuir para a ressignificação da escritora inglesa na historiografia da Independência do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Confederação do Equador; Independência do Brasil; Maria Graham

ABSTRACT

*This article investigates the representativeness of the English writer Maria Graham (1785-1842) in the negotiations for the rendition of the Commander of the Confederacy of Ecuador, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, in August 1824. At the request of her friend Admiral Thomas Cochrane, Commander of the Brazilian Imperial Navy, Maria Graham performed the role of a mediator between the capitulation proclamations imposed by the government of Dom Pedro I and the resistance of the seditious republicans to the federalist cause in Pernambuco. The texts *Journal of a Voyage to Brazil* (1990) and the *Biographical Notes of D. Pedro I* (1997), constitute the bibliographical sources of this study, whose objective, under new theoretical approaches, is to contribute to the re-signification of the English writer in the historiography of Brazilian Independence.*

KEYWORDS: Ecuador Confederacy; Independence of Brazil; Maria Graham

*Artigo recebido em 26 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 16 de fevereiro de 2022.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 18, nº 35, p. 74-89 – 2022.

INTRODUÇÃO

Quando analisamos o *corpus* documental que fundamenta este estudo constatamos que, num movimento inextinguível ininterrupto, o século XIX avançava avassalador sobre as Américas. Ele trazia, nos seus nascedouros anos, a força das liberdades individuais revolucionárias anunciadas, ainda no século XVIII, em vozes inflamadas pelos ideais da Revolução Francesa e do liberalismo inglês. Na América do Sul, os velhos grilhões que mantinham as colônias americanas submissas às suas metrópoles ibéricas foram rompidos por força dos anseios das jovens nações pela emergência das ideias de independência, sendo estes processos revolucionários decorrentes de diferentes especificidades e momentos. Sobre os processos das independências na América do Sul, Maria Graham resume a sua análise no *Diário de uma viagem ao Brasil (1990)*:

Jugou-se conveniente separar completamente as narrativas referentes à América Espanhola e à América Portuguesa, já que nos países que as constituem são diferentes não só o clima e as produções quanto os habitantes por suas maneiras, sociedade, instituições e governo (1990, p. 20).

No Chile, ainda em 1818, as forças militares navais pela causa da independência contaram com a atuação decisiva do estrategista da Marinha de S.M.B., Almirante Lorde Thomas Cochrane. Mais tarde, em 1823, D. Pedro I, então imperador da jovem nação independente do Brasil, convidara o almirante britânico para comandar a Armada Imperial brasileira. Tal contratação tinha como propósito somar poderio às forças militares imperiais nas ofensivas em favor da consolidação da independência nas províncias do Norte, de maneira a reprimir definitivamente os conflitos nas províncias da Bahia e Ma-

ranhão que estavam sob o domínio das tropas realistas portuguesas. No ano de 1824, na província de Pernambuco, foi a vez de Lorde Cochrane investir contra as tropas insurgentes republicanas e separatistas na Confederação do Equador.

Neste estudo, onde elencamos para a análise as fontes textuais *Diário de uma viagem ao Brasil (1990)* e *Escorço biográfico de Dom Pedro I (1997)*, ambos os documentos de autoria da escritora inglesa Maria Graham e escritos a partir da sua estada em terras brasileiras entre os anos de 1821 e 1825, constatamos que na historiografia contemporânea brasileira, os diários de viagem, cartas e livros de memória têm sido cada vez mais procurados como fontes históricas pelos pesquisadores que se dedicam a investigar o século XIX, sobretudo para aqueles estudos que se debruçam sobre as questões pertinentes ao Brasil dos anos da Independência, pela riqueza narrativa dos múltiplos aspectos sociais, culturais, políticos e étnicos observados *in loco* e registrados por seus autores. Legítimos espelhos dos tempos pretéritos, pois que circunscritos em sua própria época de produção, estes documentos deixados por uma vasta gama de atores históricos, homens e mulheres, escritores, viajantes, artistas, cientistas, naturalistas, clérigos ou educadores, funcionam como uma espécie de amplificadores sensíveis para identificarmos as vozes de um passado distante. E por serem escritas frequentemente transpassadas pela subjetividade e emoção de suas penas, e, ainda, matizadas nos princípios culturais, religiosos e das mentalidades que os caracterizam e os distinguem nas singularidades, os autores desses gêneros literários revelam em seus textos algumas distorções ou omissões do cotidiano por eles observado, tanto quanto certa intencionalidade em obter reconhecimento, seja nos círculos acadêmicos e científicos

aos quais pertenciam, ou ainda, nos mercados editoriais onde cultivavam os seus públicos leitores. Portanto, cabe ao pesquisador interessado em tais documentos proceder a uma cuidadosa crítica das suas fontes. Sob essa perspectiva, segundo Angela de Castro Gomes, o que passa a importar para o historiador “é exatamente a ótica assumida pelo registro e como o autor a expressa [...] o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor viu e [...] experimentou [...] em relação a um acontecimento” (2004, p. 15). Nesse sentido, do ponto de vista dos acontecimentos políticos testemunhados por Maria Graham na ocasião da Insurreição Constitucionalista da Junta de Goiana de 1821 e na Confederação do Equador em 1824, ambas as revoltas ocorridas na província de Pernambuco, citamos a sua expectativa quanto ao lançamento do *Diário de uma viagem ao Brasil*, no mercado editorial londrino:

Não é com pequena ansiedade que este Diário é lançado ao mundo. Espero que desperte interesse pelo país, tornando-o mais bem conhecido. Talvez tenha a autora sobre-estimado sua capacidade, ao tentar fixar o curso de um acontecimento tão importante como a emancipação de tamanho império do domínio da mãe-pátria [...] irrompeu então a luta, parte da qual teve a autora oportunidade de testemunhar e a respeito da qual pôde colidir com alguns dados, que poderão servir no futuro como fontes para a História. Confia ela em que, se toda a verdade não for encontrada em suas páginas, não haverá ali senão a verdade (1990, pp. 20-21).

Em 21 de setembro de 1821, o navio-escola da Marinha de S.M.B., a Fragata *Doris*, chegou a Pernambuco, onde encontrou a cidade sitiada por motivo da Insurreição Constitucionalista da Junta de Goiana. Como esposa do Capitão Thomas

Graham, que comandava a embarcação, Maria Graham viera como parte da tripulação, sendo ela, a professora e instrutora dos jovens guardas-marinhas, candidatos a futuros oficiais ingleses que realizavam uma longa viagem de instrução. O navio que saíra de Portsmouth, na Inglaterra, em 31 de julho de 1821, rumava para o Atlântico Sul, singrando pela costa do Brasil para alcançar o Pacífico e chegar ao Chile, seu destino final. Contudo, durante a viagem de ida para o Chile, Maria Graham assistiu com tristeza à morte de seu marido. Porém, logo que a embarcação inglesa ancorou na cidade de Valparaíso, em janeiro de 1822, Mrs. Graham reencontrou um antigo amigo de infância, o Almirante Lorde Thomas Cochrane, que estava a serviço do governo chileno. Assim, a escritora, viúva e só, permaneceu por um ano e três dias no Chile, quando escreveu o *Diário de mi residência em Chile - 1822 e mi viaje ao Brasil - 1823* (1964). Por fim, em janeiro de 1823, a convite do amigo almirante, Maria Graham embarcou no Brigue *Colonel Allen* que tinha como destino a cidade do Rio de Janeiro. Após navegarem por quarenta longos dias, na manhã chuvosa do dia 13 de março de 1823, Maria Graham e o Almirante Cochrane chegaram juntos ao Brasil:

13 de março de 1823. - A bordo do “*Col. Allen*”, ancoramos no Rio de Janeiro - um dos dias mais ventosos e chuvosos que jamais me lembro de ter visto no Brasil; de modo que o magnífico panorama da baía está inteiramente perdido para os estrangeiros do Chile e não posso desembarcar [...] para providenciar hospedagem para mim [...] ou para ajudar meus amigos de qualquer maneira (GRAHAM, 1990, p. 262).

Todavia, Mrs. Graham retornaria à Inglaterra em setembro daquele mesmo ano, para estar de volta ao Brasil, pela

terceira vez, em agosto do ano seguinte. Desta feita, contudo, a escritora viria a convite dos Imperadores D. Pedro I e D. Leopoldina, para ocupar o cargo de governanta das princesas imperiais. E foi então que, procedente da Inglaterra, por ocasião da sua chegada em Pernambuco no ano de 1824, ela encontrou o porto do Recife bloqueado pela Esquadra Imperial brasileira comandada pelo amigo Almirante Lorde Cochrane, em razão da ofensiva do governo imperial aos revoltosos federalistas da Confederação do Equador.

OS VENTOS REPUBLICANOS NO JOVEM IMPÉRIO INDEPENDENTE DO BRASIL

O Brasil amanhecera, no ano de 1824, sob um céu enegrecido pelas turbulências políticas, em consequência da dissolução da Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823. Contudo, um novo e determinante fato político desencadearia uma violenta oposição popular: a outorga da carta constitucional em 25 de março de 1824, por D. Pedro I. A carta acrescia aos poderes Legislativo, Executivo e Judicial um quarto poder – o Poder Moderador –, que garantia ao imperador amplas atribuições decisórias. Tal resolução do imperador levou as províncias do Norte e Nordeste a se conflagrarem contra o governo central do Rio de Janeiro. A notícia da outorga da Carta, “chave mestra da opressão” e “invenção maquiavélica”, nas palavras de um dos mais expressivos porta-vozes dessa oposição, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca,¹ havia incendiado os já aquecidos ânimos dos pernambucanos. Aderiram ao movimento as elites regionais compostas por fazendeiros e grupos de comerciantes, embora a numerosa adesão de homens comuns, indivíduos negros e livres e também dos setores eclesiásticos tenha conferido um perfil popular para a Confederação². Todos eram unânimes em

declararem-se publicamente traídos pelo governo centralista do Rio de Janeiro ao ideal constitucionalista, belicosamente acalentado desde a Insurreição da Junta Governativa de Goiana, em 1821.³ Para estas facções locais, a outorga da nova Constituição – “em que o executivo teria a iniciativa das leis, o veto absoluto, o comando da força armada e o senado vitalício” (MELLO, 2004, p.143) – sinalizaria um retrocesso ao despotismo, uma vez que a inclusão do Poder Moderador à Carta Constitucional outorgada em 1824 afirmava a natureza autoritária e centralizadora do “quinhão de Sua Majestade no exercício do poder legislativo, o que, para os federalistas, era um verdadeiro atentado à soberania nacional” (MELLO, 2004, p.143). Relativo a esta ideia de volta ao despotismo intrínseca na nova Carta, cuja discussão será retomada ao longo do texto, Flávia Florentino Varella nos lembra que “tanto o conceito de opressão foi largamente utilizado na luta política da independência quanto o de despotismo esteve associado à eliminação de um governo baseado em um sistema colonial que destruía a liberdade dos brasileiros” (2012, pp. 125-146). Unidos agora pelos ideais republicanos e federalistas, os territórios da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas formavam a Confederação do Equador. Sobre a adesão das províncias nortistas ao movimento, Maria Graham informou:

José Pereira Filgueiras, chefe cearense (que colaborou com Lorde Cochrane na expulsão dos europeus do Maranhão) está em marcha para auxiliar a revolução. Dizem que a Paraíba está intimada pela força republicana de Goiana e até o Piauí está disposto a aderir (1990, p. 410).

A este movimento de cunho separatista e republicano, que questionava o excessivo autoritarismo do imperador, somaram-se os “descontentamentos diante

da centralização imposta pelo governo que parecia beneficiar apenas as províncias do Rio de Janeiro e regiões vizinhas” (MELLO, 2004, p. 129). O manifesto de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presidente da Província de Pernambuco e comandante em chefe dos confederados, publicado em 1º de maio de 1824, exortava os habitantes das províncias do Norte à independência e à liberdade dos povos, à luz de “um sistema republicano” (MELLO, 2004, p. 249)⁴. Tal declaração era uma resposta provocativa às demais facções civis e militares favoráveis ao centralismo do governo monárquico. A clivagem entre as facções monarquistas e republicanas havia se aprofundado desde o ano de 1822, com a vitória do movimento *vintista*, em Portugal, e do projeto constitucionalista de D. Pedro I, segundo nos informa Evaldo Cabral de Mello (2004, pp. 234-235).

Como já citado, em 18 de agosto de 1824, Maria Graham retornara da Inglaterra ao Brasil. A escritora documentou a partida de sua terra natal, nesta que seria a sua terceira e derradeira viagem para o Brasil: “A 16 de julho, de 1824 embarquei no *Rinald* brigue de guerra de 16 canhões comandado pelo tenente John Moore, da marinha Real Inglesa, em Falmouth para o Brasil” (1990, p. 404).

Logo ao chegar a Pernambuco, a escritora encontrou a cidade de Recife novamente sitiada: “Parece uma fatalidade encontrar eu aquela cidade sitiada, mas desta vez o chefe independente teria que combater um inimigo muito mais poderoso do que aquele que cercava Luiz do Rego na minha primeira visita” (GRAHAM, 1997, pp. 82-83). Nessa passagem, Maria Graham fez menção ao estado de sítio em que a cidade de Recife se encontrava, quando ela lá chegou, em setembro de 1821, e foi testemunha dos embates entre o governador português Luiz do Rego Barreto e as forças rebeldes na Insurreição Constitucionalista da Junta de Goiana.

No momento em que a Fragata *Rinald* aproximou-se da costa de Pernambuco, Maria Graham pôde avistar, na entrada da barra, um navio de guerra da Esquadra Imperial brasileira. Tratava-se da Embarcação *Pedro Primeiro*, comandada pelo antigo amigo escocês Almirante Lorde Cochrane. A escritora prontamente enviou-lhe uma carta comunicando a sua chegada e, a seguir, Lorde Cochrane, em resposta, veio ao seu encontro. Conversaram longamente, e Mrs. Graham pôde atualizar-se pessoalmente com o almirante sobre as recentes disputas políticas que assolavam o Império, desde a sua última partida para Londres, em 1823:

18 de agosto de 1824. – Ao aproximarmo-nos de terra perto de Pernambuco, vimos um navio de guerra que logo revelou-se ser o *Pedro Primeiro*. Um guarda-marinha, o jovem Da Costa [João Manoel da Costa] veio a bordo. Enviei uma carta a Lorde Cochrane. Logo depois o capitão Grenfell abordou-nos e fui então com ele para a *Pedro Primeiro*, e vi o almirante que deixava o navio com o intuito de me buscar. Voltei e jantei. Tive uma conversa agradável e proveitosa com Lorde Cochrane. Vi os jornais. A Imperatriz teve outro filho; se é homem ou mulher, não sei. Descarregamos o correio (GRAHAM, 1990, pp. 408-409).

Naqueles dias, como já mencionado ao longo desta exposição, a cidade de Recife estava mergulhada na mais assombrosa convulsão social. Maria Graham, que já conhecia a paixão revolucionária daquele povo, observou que “o sentimento republicano, que sempre distinguiu os pernambucanos, ganhava força diariamente” (1990, p. 410). Os motivos revolucionários, foram gestados em mágoas fermentadas desde os anos pré-Independência⁵ (BERNARDES, 2006, p. 630). A escritora do *Di-*

ário, documentou sua interpretação sobre as causas pretéritas que teriam originado as disputas em curso:

A província queixava-se por ter feito e sofrido muito pela causa da Independência; por ter sido a primeira a habilitar a Bahia a resistir e a expulsar os *pés de chumbo*, e, contudo, serem todas as suas rendas drenadas para a Capital, estarem suas obras públicas abandonadas, e seus funcionários, ou mantidos inativos na corte, ou demitidos bruscamente; enfim, por não serem cumpridas as promessas de reforma em todos os seus departamentos (1990, p. 410).

Sem saber que, muito em breve, estaria diretamente envolvida no papel de mediadora naquelas disputas políticas que estavam em marcha, Maria Graham procurou informar-se sobre as singularidades que levaram Manuel de Carvalho Paes de Andrade a proclamar a Confederação do Equador. Para ela, a conjuntura hostil na qual as províncias do Norte se encontravam indicava que a origem da atual conflagração estaria relacionada a antigas reivindicações constitucionalistas dos líderes da Insurreição Pernambucana de 1821⁶ (BERNARDES, 2006, p. 629). As exigências que na ocasião foram negociadas entre os revolucionários constitucionalistas e o governo de D. Pedro I para que se cumprisse o armistício entre as partes não teriam sido atendidas pela Corte, gerando frustrações e ressentimentos nos rebeldes pernambucanos. A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, e a outorga da Carta Constitucional de 1824 funcionaram como a faísca que faltava para acender o estopim deflagrador de uma nova revolta popular em Pernambuco. Desta vez, contudo, o levante contaria com a adesão de outras províncias do Norte, que, confederadas, teriam a liderança

de Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Em suas reflexões, Maria Graham aludiu aos episódios pretéritos que culminaram na Confederação do Equador. Na opinião da autora:

Nestas circunstâncias Manuel de Carvalho Paes de Andrade tornou-se presidente do Conselho de Governo. Durante muito tempo suas proclamações e seus documentos públicos só pediam ao Imperador que demitisse todos os portugueses da Europa do seu conselho e valimento e modelasse uma constituição liberal com assistência de sua Assembleia Constituinte. Mas a dissolução dessa Assembleia, de um modo arbitrário, exacerbou os sentimentos do partido a um grau tal que os levou a quebrar a prudência e desprezar as conveniências em relação ao Imperador (1990, p. 410).

Conforme exposto anteriormente, em agosto de 1824, quando da terceira vinda de Graham ao Brasil, a Esquadra Imperial, chefiada pelo Almirante Cochrane, bloqueava o porto de Recife, impedindo a circulação e o abastecimento de mercadorias e alimentos para a população pernambucana. Maria Graham assim descreveu a cena do bloqueio em sua narrativa: “Lord Cochrane e sua frota estavam bloqueando a praça, após haver subjugado a Bahia e aumentado a frota de Dom Pedro, tomando vários dos principais navios portugueses” (1997, p. 83).

Logo que soube da chegada de Mrs. Graham ao porto do Recife, Cochrane não tardou em procurá-la. Desde o primeiro encontro que tiveram, em um almoço a bordo da *Rinald*, ele cuidou de convencê-la sobre a urgência de uma possível negociação, em que ela atuaria como mediadora entre o primeiro almirante e o chefe confederado, uma vez que Maria Graham já conhecia o comandante da Confederação

ção, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, como será demonstrado ao longo do texto. A ela, caberia interceder nas tratativas do acordo de armistício e rendição do comandante da Confederação do Equador, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, e dos demais dirigentes sublevados. Mrs. Graham aceitou a incumbência de mediar o acordo entre as partes. A escritora notou uma amabilidade fora do comum de Lorde Cochrane para com ela: “Não se pode ser mais amável; mais do que costumava ser em Quintero” (1997, p. 83) e, prontamente, foi ao encontro de Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Nas palavras da autora:

19 de agosto de 1824.

O almirante veio a bordo do paquete para almoçar comigo e ficou até onze horas e meia[...] desembarquei à tarde e jantei na casa de campo de Ad. Stewart, depois do que procurei o presidente republicano Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que fala bem o inglês e parece ser um homem notável (1990, p. 409).

Entretanto, havia algo de obscuro no pedido de Lorde Cochrane para a intermediação da escritora. Embora Maria Graham nunca viesse a presumir, o amigo em breve trairia a sua fiel e antiga amizade. Em comentários registrados na correspondência mantida com o cônsul britânico no Rio, Mr. Chamberlain, naquele mesmo ano de 1824, o comandante da Esquadra Imperial desdenharia da amiga. O episódio que provocou as notas contundentes do primeiro-almirante em relação a Maria Graham foi a carta enviada ao cônsul britânico e comentada por Evaldo Cabral de Mello (2004). Ocorreu que, no ultimato divulgado pelo comandante da Esquadra Imperial para que se desse uma rendição negociada com os rebeldes confederados, Cochrane propôs o exílio seguro dos dirigentes da Confederação do Equador e das suas famílias, a garantia contra possíveis

retaliações aos soldados que lutaram pelo bloco confederado, e ainda uma promessa quanto à revisão da Carta Constitucional, “com modificações que fossem julgadas necessárias pela Assembleia Geral, com sanção imperial” (MELLO, 2004, p. 226).

Entretanto, Lorde Cochrane blefava. Ele não dispunha da autorização do imperador para negociar propostas que envolvessem questões constitucionais, nem tão pouco a rendição segura do chefe confederado e suas tropas. Ao contrário, as instruções que recebera para reprimir a revolução limitavam a sua atuação ao desembarque das tropas do Exército na Vila de Jaraguá, no bloqueio do porto de Recife e no ataque por mar em caso de resistência dos rebeldes, missão esta que deveria ser executada em coordenação com as tropas de terra do Brigadeiro Lima e Silva (MELLO, 2004, p. 226). Por fim, cabia ao comandante da Esquadra o dever de não permitir a fuga de Paes de Andrade e dos rebeldes confederados.

No entanto, Lorde Cochrane propunha um acordo em bases divergentes daquelas determinadas pelo ministério de D. Pedro I. Mas por que ele faria isso? Ele pretendia que a rendição dos rebeldes, mesmo que selada por meio das promessas enganosas de suas proclamações, lhe rendesse acrescer mais um feito extraordinário ao seu já extenso e controverso histórico de serviços para a Esquadra Imperial. Por hora, ele almejava ser reconhecido como o “salvador” da integridade do Império” (MELLO, 2004, p. 227). Isso posto, seria necessário ludibriar o bloco confederado. O almirante conjecturou, então, que com o exílio negociado dos chefes da Confederação do Equador, “um acordo com o carvalhismo moderado o habilitaria a induzir D. Pedro a compromisso e a apresentar-se como salvador da integridade do Império face à inépcia ministerial no trato da questão pernambucana” (MELLO, 2004, p. 227).

A essa altura, Maria Graham sem saber que se tratava de um documento duvidoso, aceitou levar pessoalmente ao chefe Manuel de Carvalho Paes de Andrade as propostas para a rendição que não poderiam ser cumpridas. Paes de Andrade a conhecia, e com ele a escritora já havia estabelecido boas relações diplomáticas desde a Insurreição Constitucionalista Pernambucana de 1821. Para o comandante britânico, contudo, a amiga seria uma conveniente mensageira. Cochrane considerou que o fato de ter a presença da inglesa como mediadora seria uma garantia da boa-fé dos termos que ele impunha para a capitulação do comandante confederado. Mrs. Graham tomou para si a incumbência de intermediar o acordo, e registrou as propostas que levou ao comandante da Confederação:

Desembarquei à tarde e [...] procurei o presidente republicano Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que fala bem o inglês e parece ser homem notável [...] Encontrei-o à mesa, almoçando ou jantando, não posso dizer exatamente, com todo o seu conselho, 12 ou 14 pessoas; toda a escadaria e o pátio estavam cheios do que chamaríamos de multidão, parte da qual espiava pelas várias portas, de tempos em tempos, pensando que, como o nosso paquete havia sido visto em entendimentos com a esquadra de bloqueio, poderíamos ter trazido algumas propostas do almirante para a libertação da cidade [...] Entreguei-lhe um pacote de proclamações de Lorde Cochrane e procurei convencê-lo de que o número e o poder das forças imperiais eram tais que nada se poderia esperar da persistência em seus planos, senão a derrota, a miséria e o desperdício da vida humana que, eu estava certa, ele e todos os homens de bem, desejariam evitar (1990, p. 409).

Sobre esse episódio, o historiador Evaldo Cabral de Mello, analisando as narrativas deixadas por Maria Graham, interpretou que “o almirante se valeu da intermediação de sua compatriota Maria Graham para convencer Carvalho a partir [...] prometendo-lhe em nome de Cochrane, que, caso se rendesse, se lhe daria e a seus companheiros a oportunidade de se retirarem do Império com suas famílias e haveres” (2004, p. 228). Na escrita do *Diário*, Maria Graham documentou a conversa que teve no primeiro encontro com o comandante da Confederação do Equador:

Creio que Carvalho nos recebeu na sala, em conselho e cercado pelo povo, para não ser suspeito de comunicações secretas. Uma proclamação imperial de caráter severo havia sido espalhada pela cidade. Acreditava-se que havia sido redigida por Lorde Cochrane e causou grande alarma por causa da ameaça que continha, de afundar jangadas carregadas de pedras no único canal pelo qual se penetra no cais, e assim arruinar o comércio da praça [...] Disse-lhe que não obstante a sentença previamente pronunciada contra ele e seus partidários e as proclamações espalhadas pelo exército, estava certa de que, se ele confiasse no almirante e se rendesse logo a ele, poderia ter por garantias a salvação e fuga de todos. Despedi-me então dele e prometi procurá-lo na manhã seguinte (1990, p. 409).

Afinal, haviam passado apenas dois anos desde o último encontro da inglesa com o líder confederado, em Olinda. Nos idos de 1821, ela integrara uma representação diplomática inglesa, com a missão de negociar com o próprio Manuel de Carvalho Paes de Andrade, sobre as proibições impostas pela Junta Governativa de

Goiana, relativas ao abastecimento de alimentos e a lavagem de roupas da Fragata *Doris*, embarcação na qual ela era tripulante e que estava fundeada no porto de Recife. Naquele ano, Paes de Andrade era o comandante da Junta Governativa de Goiana. Maria Graham que conhecera de perto o potencial revolucionário do atual presidente da Confederação do Equador afirmou: “Ele e o poder imperial entraram a ser desafiados e as províncias vizinhas conclamadas a apoiar os pernambucanos na afirmação de seus direitos como homens e cidadãos” (1990, p. 410).

Atentamos a seguir para um episódio ocorrido na ocasião do segundo encontro entre Maria Graham e Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que se deu a 20 de agosto de 1824: nesse dia, estavam presentes em assembleia, além do comandante da Confederação, todo o seu conselho. As tratativas da rendição foram negociadas com Maria Graham publicamente e toda audiência popular participou, como registou a escritora no *Escoço Biográfico* (1997): “Creio que Carvalho nos recebeu na sala, em conselho e cercado pelo povo, para não ser suspeito de comunicações secretas” (1997, p. 83). Com relação aos propósitos definidos para esse encontro, a própria Maria Graham revelou que não esperava negociar nada além do que estava previamente posto por Lorde Cochrane, pois “não era de nossa conta saber a esse respeito mais do que aquilo em que pudessemos ser úteis” (1997, p. 83).

Contudo, ao final do encontro, Manuel de Carvalho Paes de Andrade aproximou-se confidencialmente de Maria Graham suplicando-lhe que, no caso de sua capitulação, ela intercedesse junto ao primeiro-almirante para que suas filhas e mãe fossem confiadas aos cuidados “misericordiosos” de Lorde Cochrane. Sustentamos que esse pedido secreto - que teve a conotação de um pacto extraoficial selado

entre a escritora e o comandante da Confederação - foi o ato deflagrador para a rendição definitiva de Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Segundo Evaldo Cabral de Mello, em menção a uma carta que o comandante da Confederação enviara ao Lorde Cochrane, onde negociava sua rendição, há evidências de que um certo “acordo” que poria termo às negociações estaria relacionado à promessa firmada por Maria Graham em atendimento a Paes de Andrade “mas a emissária deve ter insinuado algo mais [...] pois em carta a Cochrane ele escrevia [...] dispondo ‘como é natural e me afirmou Mrs. Graham’, de instruções para [...] o acordo e solicitava-lhe que confirmasse a informação, a fim de submeter ao Grande Conselho” (2004, p. 228). Segundo Maria Graham:

Já nos preparávamos para deixar a sala quando Carvalho se dirigiu a mim particularmente e disse que não estava certo de que talvez, para o futuro, seus concidadãos não achassem necessário aceitar as propostas do Imperador, sendo uma das primeiras a sua entrega. Quanto a ele, estava satisfeito de sofrer por uma boa causa. Mas que era filho de uma mãe idosa e pai de duas filhas órfãs de mãe, e que suplicava, no caso de lhes faltar sua proteção, que empregasse qualquer influência que pudesse ter junto a Lord Cochrane, para recomendá-las à sua misericórdia. Prometi isto prontamente, certa, porém, de que tal recomendação era completamente desnecessária, pois que talvez nunca tivesse havido comandante tão terrível para o inimigo antes da vitória, como tão misericordioso depois dela (1997, p. 83).

Na citação, verificamos que o presidente da Confederação do Equador, quando procurou reservadamente Maria Graham, pretendia acenar diretamente ao

primeiro-almirante, com a possibilidade da aceitação das propostas do imperador, por parte de “seus concidadãos” e garantir que Cochrane se compromettesse a salvar a sua família. Para tanto, Manuel de Carvalho Paes de Andrade suplicou a Maria Graham, que ela usasse de toda sua influência junto ao comandante da Esquadra Imperial, com esta finalidade. Segundo a autora relatou no *Escorço Biográfico* (1997), o chefe confederado “[...] suplicava, no caso de lhes faltar sua proteção, que empregasse qualquer influência que pudesse ter junto a Lord Cochrane, para recomendá-las à sua misericórdia” (1997, p. 83). Nesse pedido, ficou evidente que Paes de Andrade pretendia, discretamente, condicionar a sua rendição à aprovação dessa demanda. À Maria Graham, portanto, coube fazer valer a circunstância que se apresentou favorável ao amigo Cochrane, pois conforme ela declara, “prometi isso prontamente” (GRAHAM, 1997, p. 83).

Contudo, esse fato insere novos elementos para uma reinterpretação historiográfica do acordo firmado por Maria Graham, pois o comandante da Confederação do Equador, que intencionava entregar-se em troca da anistia geral para suas tropas civis e militares, sabia que ele próprio, ao ser exilado, deixaria a sua família desprotegida. É evidente, portanto, que a promessa selada por Maria Graham, de persuadir o Almirante Cochrane a proteger a família de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, influenciara na rendição do comandante confederado, como cita Evaldo Cabral de Mello: “Nessas circunstâncias, Carvalho procurou resistir, explorando em proclamação aos soldados, a relativa generosidade da promessa de Cochrane, no tocante aos cabeças da insurreição, comparada ao tratamento que imaginava seria dispensado à tropa”. Ainda segundo o autor, a tropa insurgente padeceria após a capitulação, por estar

“desarmada, ser tratada como rebeldes e expulsa do serviço nacional como traidora” (2004, p. 229). Entretanto, quando verificamos a interpretação que se tem usualmente conferido ao acordo que teria motivado a rendição de Manuel de Carvalho Paes de Andrade na Confederação do Equador, constatamos que o compromisso extraoficial firmado por Maria Graham em nome do almirante não é considerado. Ao contrário, os estudos apontam que este acordo estaria consignado apenas às tratativas oficiais impostas por Cochrane, como demonstra Evaldo Cabral de Mello, na afirmação de que “as instruções para entrar em acordo poderiam significar somente os entendimentos relativos à capitulação; e é assim que tem sido interpretada” (2004, p. 228). Por sua vez, a interpretação de Oliveira Lima, tal qual a do seu conterrâneo pernambucano, afirma no seu artigo, *Mrs. Graham e a Confederação do Equador* (1990), que “é mais provável que Mrs. Graham não fizesse aí mais do que repetir as palavras do Marquês do Maranhão” (1990, p. 306).

Mas, afinal, o que ocorreu entre a escritora e o almirante após o encontro com o chefe republicano? Ao analisarmos as fontes, constatamos que Maria Graham esteve mais uma vez com o amigo primeiro-almirante da Esquadra Imperial, a bordo do *Rinald*. Nesse momento, a inglesa contou a Cochrane tudo que havia se passado. Contudo, havia Mrs. Graham informado sobre a promessa que fizera ao chefe da Confederação do Equador, em seu nome? Ao examinarmos as fontes analisadas, verificamos haver indícios de que sim, pois durante o longo encontro a bordo, Mrs. Graham noticiou ao almirante todo o teor da negociação que tivera com Manuel de Carvalho Paes de Andrade, e entregou-lhe pessoalmente “proclamações de toda ordem”⁷ (LIMA; GRAHAM, 1990, p. 398).

Trouxe comigo jornais e proclamações de toda ordem. Voltando a bordo, vi que o lorde não havia chegado, mas não tardou em vir. Jantou e ficou comigo até quatro horas. Dei-lhe meus papéis e disse-lhe tudo que vira[...] ele é certamente o melhor dos homens! (GRAHAM, 1990, p. 413).

Passados alguns dias dessa derradeira reunião entre Maria Graham e Lorde Cochrane, em Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade procurou o primeiro-almirante, no intuito de propor-lhe finalmente a sua rendição, “pelo qual entregar-se-ia a província às autoridades imperiais em troca de anistia geral para todos, civis e militares, exceto para ele, Carvalho, que seria o único a partir” (MELLO, 2004, p. 232). Mas sua iniciativa fora frustrada. Na véspera, Cochrane havia partido inesperadamente para Salvador, a pretexto de reparos. Constatamos que esse fato é revelador pois sabemos que blefava por não ter poder para negociar em nome do imperador (MELLO, 2004, p. 232).

Retomamos aqui a já citada carta que Cochrane escrevera ao cônsul inglês no Rio de Janeiro, Mr. Chamberlain, onde afirmamos que o almirante traía a amizade de Maria Graham. Para tanto, convém analisar que, tal como foi demonstrado ao longo desta exposição, a atitude do almirante ao partir precipitadamente para a Bahia fora considerada equivocada pelo Governo Imperial. Da mesma forma, verificamos serem falsos os termos negociados para a rendição do comandante da Confederação, pois, como exposto, ele não possuía poderes para tal. Portanto, naquele momento, Cochrane temia que Maria Graham, que o havia representado na mediação com o chefe confederado, revelasse na Corte algumas das ardilosas condições no acordo, nas quais Manuel de Carvalho Paes de Andrade consignara a rendição. Em consequência disso, o pri-

meiro-almirante cuidou de inocentar-se ao cônsul britânico o quanto antes. Na correspondência enviada a Mr. Chamberlain, Cochrane negou ter laços de amizade com Maria Graham e demonstrou receio de que a indiscrição da escritora pudesse prejudicá-lo:

Àquela altura, Cochrane temia as indiscrições da escritora, que assumira o posto de governanta da Princesa Imperial. A Chamberlain, cônsul britânico no Rio, ele escreveu para dissociar-se de Mrs. Graham, afirmando, o que era falso, que suas relações se haviam limitado a trazê-la do Chile para o Rio em 1823, e que ela só lhe dera aborrecimentos (MELLO, 2004, pp. 230-231).

No entanto, o suposto “melhor dos homens”, tal como a escritora havia se referido ao almirante, não se limitaria a deturpar Maria Graham ao cônsul inglês; em uma outra correspondência de Cochrane a um “certo médico da corte, ele pedia que intercedesse junto à compatriota, que embora bem-intencionada, poderia prejudicar sua posição” (MELLO, 2004, p. 231). Por sua vez, enquanto Lorde Cochrane partira inesperadamente para a Bahia com a Frota Imperial, Maria Graham permaneceria em Pernambuco. Ela precisava ter acesso a informações que lhe permitisse registrar seus testemunhos e suas opiniões sobre as rivalidades políticas que estavam em curso. Com o propósito de alcançar tal objetivo, Maria Graham faria uso da sua conveniente posição de proximidade ao oficialato inglês, tanto quanto contaria com o intercâmbio de sua rede de sociabilidades locais. Logo, Mrs. Graham traçou estratégias que lhe levasse a entender com maior densidade as causas que originaram a Confederação do Equador, onde a insubmissão do Presidente da província de Pernambuco ao governo do Rio de Janeiro havia provocado

sérios desdobramentos revolucionários. A autora, em suas anotações no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1990), transcreveu as informações que recolheu nos encontros que participou na casa do cônsul inglês, Mr. Parkinson, e também nos salões das residências dos comerciantes conterrâneos instalados em Recife. Na citação a seguir, Maria Graham revelou suas fontes enquanto esteve na província de Pernambuco em 1824: “Eis uma súmula e a essência de toda conversa sobre política que tive com ingleses em casa do cônsul e alhures” (1990, p. 411).

Na casa de Ad. Stewart encontrei minha agradável amiga, sua irmã, com aspecto muito melhor que antes e muito contente em seu pequeno sítio[.....] parece que desde que aqui estive há três anos, houve raros dias de paz. Ao partir Luís do Rêgo, Gervásio Pires Ferreira, que tem uma bela casa perto da Soledade, foi eleito presidente. Mas logo depois a opinião pública forçou-o a fugir para o Rio de Janeiro e o partido elegeu Afonso de Albuquerque Maranhão e o Morgado do Cabo (donde o nome morgadistas dado aos seus partidários) foi feito membro do seu conselho. Albuquerque foi demitido e o Morgado tornou-se presidente interino. Os partidos, porém, tornaram-se muito fortes e violentos e o governador das armas, Pedro da Silva Pedroso, obrigou ambos a deixarem a cidade[...]. Nestas circunstâncias Manuel de Carvalho Paes de Andrade tornou-se presidente do conselho de Governo (1990, pp. 409-410).

Nas conversas que teve com os amigos e conhecidos habitantes de Recife, chamou a atenção da autora o antilusitanismo presente no cotidiano social da capital da província de Pernambuco. Ela

o referenciou como sendo um sentimento generalizado entre a população local, e motivado pelo espírito de insatisfação com a política do imperador:

Considera-se o Imperador um brinquete nas mãos de seu pai e, portanto, português. Por causa disso, diversos pacíficos comerciantes portugueses foram mortos e se qualquer deles, assustado, corre na rua é tido como suspeito e perseguido, com poucas possibilidades de escapar (GRAHAM, 1990, p. 411).

Em 1824, quando houve por parte das forças imperiais a violenta repressão às províncias confederadas, tanto por terra como pelo mar, os exércitos chefiados pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva avançaram na guerrilha pelo interior, enfrentando as tropas do bloco confederado. Segundo Evaldo Cabral de Mello, os esforços para a repressão da Confederação do Equador incluíram, além da composição naval, uma comissão militar comandada pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, com a missão de avançar pelos flancos terrestres, sufocar os conflitos confederados e capturar os seus líderes, além do “desmembramento da comarca de pernambucana do São Francisco, transferindo-a a Minas, de modo a poupá-la e à Bahia do contágio carvalhista” (2004, p. 232).

Sobre o avanço repressivo das forças imperiais contra as tropas confederadas, Maria Graham observou que o fato - a morte do Major Pitanga, líder da resistência confederada pernambucana - significou o início da derrota da rebelião que teve como desfecho a rendição dos rebeldes. Na interpretação da autora, lemos: “entrementes feriram-se escaramuças entre as tropas que marcham para o sul e os imperiais, nas quais os pernambucanos se declaram sempre vitoriosos [...], mas choram a perda de Pitanga, o mais bravo e melhor co-

mandante que tinham” (1990, p. 410). Indo de encontro ao que Maria Graham documentou sobre a morte do líder Pitanga, observamos que a historiadora Mariana Albuquerque Dantas corrobora com a opinião da inglesa, quando confirma que os conflitos entre os rebeldes confederados e as tropas imperiais na fronteira entre Pernambuco e Alagoas duraram até a derrota dos rebeldes, que foi marcada pela morte do líder revolucionário o “o grande major Pitanga” (2018, p. 53).

Por fim, os sangrentos enfrentamentos que se seguiram entre as forças confederadas e as tropas imperiais resultaram, em setembro de 1824, na rendição do Comandante Manuel de Carvalho Paes de Andrade, na perda de centenas de vidas de cidadãos civis e militares e na punição com a pena de enforcamento para 17 condenados, incluindo um dos seus líderes, o Frei Caneca. As propostas sediciosas do religioso contemplaram os principais temas liberais que “agitariam o Primeiro Reinado e os principais anos da regência” (COSTA, 1987, p.129). Contudo, Maria Graham não teria acompanhado o desfecho da Confederação do Equador, pois que ela já havia partido rumo ao Rio de Janeiro no dia 25 de agosto, para assumir na Corte do Palácio de São Cristóvão o cargo de governanta da princesa primogênita D. Maria da Glória, futura Rainha D. Maria II de Portugal. Mas essa é uma outra história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a documentação sob uma nova perspectiva teórica, podemos considerar que a promessa extraoficial feita por Maria Graham a Manuel de Carvalho Paes de Andrade foi o ato deflagrador para que o acordo de sua rendição pudesse ser definitivamente realizado. Ainda que ela não tivesse a autorização do Almirante Lorde Cochrane para deliberar sobre os despachos oficiais com total autonomia, a escritora inglesa, ainda assim, garantira ao presidente da Confederação do Equador, em nome do primeiro-almirante, a salvaguarda à sua família, caso ele, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, aceitasse a rendição. Nesse sentido, a atuação de Maria Graham, do ponto de vista de mediadora entre os interesses do Império e dos confederados republicanos, lança luz aos debates contemporâneos acerca dos papéis que as mulheres desempenharam na História do Brasil e que são frequentemente relegados às margens da historiografia oficial. Personagens femininas, que com suas vozes e ações construíram os seus lugares históricos no longo processo da Independência nem sempre conseguem ser retiradas do silêncio dos arquivos. No palco da História da Independência, elas, as mulheres, quer fossem figuras respeitáveis, brasileiras ou estrangeiras, ou simples cidadãs anônimas, emprestaram, por paixão à causa do Império, as armas de que podiam dispor ao seu tempo, ou seja, “mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social do qual ela é parte integrante” (DEL PRIORE, 2015, p. 9). Por fim, sobre o desfecho das negociações, Evaldo Cabral de Mello (2004) concluiu que Lorde Thomas Cochrane traía a confiança e a amizade de Maria Graham. Para atestar esse fato, aludimos à correspondência que foi enviada por Cochrane ao cônsul britânico, Mr. Chamberlain. Nessa missiva, o almirante temeroso de que Maria Graham pudesse revelar publicamente os termos obscuros do acordo - que ela não adivinhara serem falsos - foi veemente em negar para o diplomata inglês os laços de amizade que mantinha com a escritora há longos anos. Portanto, pelo todo exposto neste estudo, procuramos demonstrar, por meio da análise particularizada do ato de rendição do comandante da Confederação do Equador, a inegável contribuição da voz feminina e estrangeira da escritora inglesa Maria Graham para a historiografia da

Independência. Concluímos, destarte, que, por meio de uma narrativa autoral e crítica, que constitui o discurso presente no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1990) e no *Escorço Biográfico de D. Pedro I* (1997), foi possível ressignificar a historicidade de Maria Graham no desfecho da Confederação do Equador, acontecimento este de grande relevância para os esforços militares de unificação das províncias do Império brasileiro em torno da consolidação do projeto de Independência do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES HISTÓRICAS

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

GRAHAM, Maria. Escorço Biográfico de Dom Pedro I. In: LACOMBE, Américo Jacobina. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997, pp.27-150.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Os índios “fanáticos realistas absolutos” e a figura do monarca português: disputas políticas, recrutamento e defesa de terras na Confederação do Equador. In: *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, Recife: nº 33.2 pp.49-73, 2018.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de Si, Escrita de História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAHAM, Maria. *Diário de mi residencia en Chile-1822 e mi viaje ao Brasil-1823*. Madrid: Editorial América, 1964.

LIMA, Manuel de Oliveira. Mrs. Graham, e a Confederação do Equador. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, Vol. XII, p.306,1906. In: GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990, pp.394-398.

LIMA, Manoel de Oliveira. *O Movimento da Independência (1821-1822)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. In: Lima e Silva a Lord Cochrane, 4.x.1824, IHGB,221,9; Arquivo Diplomático da Independência, v.pp.17,103,118,123.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

SORGINE, Juliana Ferreira. *A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821)*. Londrina: ANPUH-XXIII Simpósio Nacional de História, 2005.

VARELLA, Flavia Florentino. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. *In: Almanack brasiliense*, n.08, pp.117-126. Novembro, 2008.

NOTAS

¹ Segundo Emília Viotti da Costa, as reivindicações federalistas defendidas pela oposição na Confederação do Equador tiveram na pessoa de Frei Caneca “um dos mais expressivos porta-vozes [...] antigo revolucionário de 1817 envolvido novamente com a chamada Confederação do Equador. Argumentaria ele no *Typhis Pernambucano* que o Brasil tinha todas as condições para formar um estado federativo: a grandeza de seu território, a diversidade de suas riquezas e a variedade de seus habitantes. Além da federação, pregava em seus escritos a defesa da autonomia conquistada, a resistência às arbitrariedades do governo, reivindicando ainda a imprensa livre, condenando a vitaliciedade do Senado, a criação de uma nobreza ‘opressora dos povos’, a concessão do executivo do direito ao veto absoluto, bem como a iniciativa de leis. [...] nas críticas e propostas de Frei Caneca estavam contidos os principais temas liberais que agitaram o Primeiro Reinado e os primeiros anos da Regência” (COSTA, 1987, p. 129).

² Sobre a tipologia formadora da maioria das tropas confederadas, Evaldo Cabral de Mello cita Lima e Silva: “A plebe e a gente de cor é quem dava a lei; e ultimamente Carvalho estava sustentado no seu lugar por Emiliano, preto Agostinho, o célebre João Soares, padre Caneca [...] com outros indivíduos desta íntima classe [...] mobilizaram toda a gente de cor e a baixa ralé” MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 225. (Correspondência de Lima e Silva a Lord Cochrane, 4.x.1824, IHGB, 221,9; Arquivo Diplomático da Independência, v. pp. 17, 103, 118, 123).

³ Relativo às causas políticas que levaram a formação da Junta Governativa de Goiana, citamos que com o retorno de João VI a Portugal aumentava, em diversos segmentos sociais, o sentimento de contestação ao absolutismo lusitano presente nas deliberações das Cortes Constitucionais portuguesas. No que dizia respeito aos assuntos administrativos da Regência, havia a reafirmação da tendência à recolonização do Brasil, dada a falta de autonomia política e administrativa das províncias. Segundo Juliana Ferreira Sorgine, as demandas defendidas pela Junta de Goiana exigiam a saída do governador e capitão-general português Luis do Rego Barreto tido como “déspota e autoritário” (SORGINE, 2005, p.01).

⁴ O Manifesto de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, comandante em chefe da Confederação do Equador e presidente da Província de Pernambuco, aponta como motivos da conflagração, a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga de uma Constituição com

a inclusão do Poder Moderador como evidências das intenções despóticas de D. Pedro I. A seguir, exorta os habitantes das províncias do Norte, a defenderem a independência local, a Proclamação da República e a insubordinação ao Rio de Janeiro e a Portugal (MELLO, 2004, pp. 241-242-249).

⁵ Denis Bernardes confirma a opinião de Maria Graham, quanto às origens republicanas da Confederação do Equador. Para o autor, “Mais do que herdeira do Republicanismo, a Confederação do Equador foi herdeira do vintismo [...] Durante a vigência das Cortes, o poder local foi fruto de eleição e teve suficiente autonomia e legitimidade para – sem romper a unidade – discutir, criticar e mesmo recusar cumprir decisões das Cortes – que eram necessariamente assumidas pelo rei – e a do príncipe regente, no Rio de Janeiro” (BERNARDES, 2006, p. 630).

⁶ Ao analisar as hipóteses sobre as causas da formação da Confederação do Equador, verificamos na bibliografia consultada que o historiador Denis Bernardes concorda com a afirmação de Maria Graham, de que as origens do Bloco Confederativo estariam relacionadas às antigas mágoas alusivas às reivindicações da Junta Governativa de Goiana, não atendidas por D. Pedro I, e que a dissolução da Constituinte, em 1823, e, no ano seguinte, a outorga de uma Constituição, teria sido o golpe definitivo contra o pacto constitucionalista, duramente alinhavado com o governo do Rio de Janeiro durante o ano de 1821 (BERNARDES, 2006, p.629).

⁷ Sobre a documentação que Maria Graham entregou ao Lorde Cochrane, Oliveira Lima esclarece: “Ao regressar para bordo procurou-a de novo Lorde Cochrane a saber do resultado das suas entrevistas. A distinta senhora comunicou-lhe o ocorrido, mostrou-lhe as gazetas e proclamações que trouxera e nas quais Frei Caneca deixara transbordar o seu lirismo republicano, e desenganou-o de chegar a uma solução pacífica do movimento” (LIMA; GRAHAM, 1990, p. 398).